



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 123/2022/SUPEL-ASSEJUR

À

Comissão de Licitação CPLO

**TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2022/CPLO/SUPEL/RO**

**Processo Administrativo:** 0069.006001/2022-97

**Interessado:** Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para obra de revitalização da Praça no Distrito de Vista Alegre do Abunã, Município de Porto Velho – RO

**Assunto:** ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2022

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a *Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra para obra de revitalização da Praça no Distrito de Vista Alegre do Abunã, Município de Porto Velho – RO.*

Aportaram os autos neste gabinete para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 93.

Nos termos da ata de realização da sessão pública (0031866750) para recebimento dos documentos de habilitação e proposta de preços, realizada em 05.09.2022, houve o comparecimento somente de três empresas, apresentando no atos os seus respectivos envelopes de documentação de habilitação e propostas.

Após a análise dos documentos habilitatórios das empresas licitantes, a Comissão Permanente de Licitação decidiu por **inabilitar** as empresas pelas seguintes razões:

- i. **JCF RIBEIRO ENGENHARIA LTDA - EPP**, por não ter comprovado qualificação técnica profissional e operacional para os serviços de "Execução de alambrado metálico e Execução de pátio/estacionamento em piso intertravado", exigidos no item 16.4, alíneas "c" e "d" do edital e, por não ter apresentado quantitativo mínimo para "Execução de calçada em concreto" exigido no item 16.4, alínea "d" do edital;
- ii. **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI**, por não ter apresentado Registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, contrariando o expresso no item 16.4, alínea "a" do edital; e
- iii. **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA**, por não apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela SUPEL/RO contrariando os itens 13.1.1 e 16.2.1 do edital.

Noto que, em face da decisão do julgamento dos documentos de habilitação sobreveio a interposição de recurso administrativo pelas empresas PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI e ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA.

O cerne das razões recursais e requisitos editalícios que ensejaram a inabilitação das empresas decorrem da exigência legal acerca da realização de cadastramento prévio e possibilidade de utilização deste para suprir a apresentação de documentos específicos, nos termos do edital.

Pois bem.

Acerca da temática, vislumbro a necessidade de ponderações quanto às razões de inabilitação.

A Tomada de Preços é uma modalidade licitatória inaugurada no art. 22, §§ 2º da Lei n. 8.666, de 93, que assim estabelece:

Art. 22.(...)

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Acerca das condições de participação, mais especificamente acerca da exigência de cadastramento prévio, dispõe o edital que:

13.1.1 – Poderão participar da presente licitação, somente empresas que apresentarem condições específicas relacionadas ao objeto desta licitação e que possuam no seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de acervo técnico por execução de obras ou serviços de edificação de características semelhantes ao objeto da licitação, e desde que devidamente cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas conforme Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93.

Isto posto, resta evidenciado que o cadastramento é apresentado como condição de participação do certame.

Destarte, somente poderão participar os cadastrados e os que apresentarem toda a documentação exigida – artigo 27 a 31 da Lei 8666/93 – até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

Neste sentido, temos que o registro cadastral, exigido para fins de participação em Tomadas de Preço, regulamentado nos arts. 34 a 37 da LGL, constitui um conjunto de arquivos que documentam a situação jurídica, fiscal, técnica e financeira das empresas que participam de licitações. Sendo, portanto, um cadastro genérico, que não objetiva uma licitação específica.

As finalidades do Registro Cadastral, para a Administração Pública, será a simplificação da atividade licitatória e tornar mais célere o procedimento, uma vez que supriria a análise de documentação já analisada no momento do cadastro.

Considerado este contexto, o instrumento editalício do certame em apreço, consignou a possibilidade de substituição de documentos específicos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral válido na data designada para apresentação dos documentos, nos seguintes termos:

16.2.1 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela SUPEL/RO, válido na data da apresentação dos envelopes de documentação de habilitação, substitui os documentos previstos no subitem 16.1, letras “a”, “b”, “c” e “d”, subitem 16.2, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” subitem 16.3 alínea “a” e subitem 16.5. Desde que as referidas certidões estejam válidas, se vencidas, as mesmas deverão ser anexadas juntamente com a documentação de habilitação.

Da inteligência do item supra colacionado, apreciado em conjunto com os subitens mencionados, extrai-se a possibilidade de substituição dos documentos de habilitação relativos à qualificação jurídica, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e qualificação econômico-financeira. Restando a obrigação de apresentar toda a documentação acerca da qualificação técnica, independente de prévia juntada para fins de cadastramento.

Isso porque, a qualificação técnica, apesar de poder ser parcialmente exigida no momento do cadastro, dependerá, para sua satisfação total, da licitação concreta, ou seja, do objeto que será efetivamente licitado.

Acerca da temática, ressalva o eminente doutrinador Diógenes Gasparini<sup>[1]</sup>, *ipsis litteris*:

Da tomada de preços só podem participar as pessoas previamente inscritas no registro cadastral e as que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22, §2º).

Dois, portanto, são os grupos que podem participar dessa modalidade de licitação. O primeiro, o dos já cadastrados, portadores de Certificados de Registro Cadastral em vigor, (cadastramento normal), e o dos não cadastrados mas que atendam a todas as condições de cadastramento e demonstre nesse prazo o interesse de participar da tomada de preço aberta (cadastramento especial). Não obstante a diversidade da formalidade e da época do cadastramento, os integrantes dos dois grupos deverão estar cadastrados, daí nossa definição, só mencionar interessados cadastrados.

A qualificação dos interessados é prévia, ou seja, efetivada por ocasião do cadastramento normal ou na oportunidade do cadastramento especial (Sic).

Não distinto é o entendimento do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

"Observe, em relação ao cadastramento dos licitantes, a disposição contida no art. 22, parágrafo segundo, da Lei nº 8.666/1993. Discrimine, no parecer emitido após a verificação dos documentos e informações relativos à habilitação (cadastramento): as restrições eventualmente identificadas; a base normativa e consequências para fins de contratação, a fim de atender aos princípios da publicidade e do julgamento objetivo, insculpidos no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993." **Acórdão 301/2005 Plenário (Sic)**

"Desse modo, conclui-se que em fase anterior à mencionada decisão, os órgãos da Administração Pública, ao exigir o prévio cadastramento dos licitantes no Sicafe, estavam obedecendo exigência legal, ou seja, ao disposto no subitem 1.3 da IN/MARE nº 05/95. Nesta linha de raciocínio, acolhemos as razões de justificativa apresentada". **Acórdão 92/2003 Plenário (Relatório do Ministro Relator) (Sic)**

"(...) uma das distinções da modalidade de licitação Tomada de Preços das outras é, justamente, a existência da habilitação prévia à abertura do procedimento, mediante o cadastramento dos Interessados nos registros cadastrais da Administração. E, para atender ao princípio da competitividade, os não previamente cadastrados têm garantida a possibilidade e se inscreverem até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, contando que satisfaçam as exigências para a devida qualificação". **Acórdão 718/2009-Primeira Câmara (Relatório do Ministro Relator) (Sic)**

Ademais, saliento que a vinculação dos participantes aos exatos termos estipulados no Edital de Licitação é princípio fundamental do procedimento licitatório.

Nesse sentido também é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório. (REsp 595079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, STJ, DOU 15/12/2009) (Sic)

Ante o exposto, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão da Comissão Permanente de Licitações, **não merecendo reforma**, como pretendem as recorrentes.

Por esta razão, **DECIDO** conhecer e julgar **IMPROCEDENTES** os recursos interpostos pelas empresas **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI ID ( 0032012684)** e **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP LTDA ID (0032153478)**, mantendo inalterada a decisão que as inabilitou para o presente certame.

**Contudo, visando resguardar o interesse da Administração Pública**, considerando que fracassado o certame em apreço ante a inabilitação de todas as licitantes, **determino o retorno dos autos à Comissão de Licitação/ CPLO** para adoção das providências necessárias à verificação da viabilidade e plausibilidade para a aplicação subsidiária do disposto no **art. 48, § 3º, da LGL**<sup>[2]</sup>.

**Amanda Talita de Sousa Galina**  
Superintendente Interina  
Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia

[1] Direito Administrativo, 13ª ed., Saraiva, São Paulo, 2008, pp. 566/567.

[2] Art. 48. (...) § 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Talita de Sousa Galina, Diretor(a) Executivo(a)**, em 04/10/2022, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0032450249** e o código CRC **CB343A8F**.

**Referência:** Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0069.006001/2022-97

SEI nº 0032450249